

INSURGÊNCIA ESTUDANTIL: O caso das ocupações de Escolas Estaduais em São Paulo

Luciana Brito

1) Introdução

Na cinquentenário das célebres mobilizações estudantis de 1968, retomar (com vistas a renovar) o debate acerca do movimento estudantil é mais do que oportuno. Muito se escreveu sobre a temática após os levantes da década de 60, mas o interesse acadêmico sobre as rebeliões estudantis arrefeceu progressivamente, passada essa euforia inicial. Os acontecimentos e as análises daquele período consagraram as décadas de 60 e 70 como um marco heroico das lutas dos estudantes e criaram paradigmas interpretativos que seguiram sendo reproduzidos pelos pesquisadores que se dedicaram a esse tema nos anos 2000.

Em um esforço de sistematizar o estado da produção científica acerca do movimento estudantil no Brasil, Simão (2015) elabora uma análise de bibliografia que oferece considerações importantes. Do período mais recente, o autor assevera que “mais da metade dos trabalhos produzidos sobre o assunto no período 2003-2014 tratam do movimento estudantil no período ditatorial” (SIMÃO, 2015, p.152). A pesquisa revela também que a produção contemporânea, mesmo quando não se dedica ao estudo das lutas de 60 e 70, adota as mesmas referências bibliográficas - em especial, as elaborações sobre composição social e consciência de classe. Tais teses, referentes a um episódio e a uma base social particulares, são universalizadas e replicadas para a leitura do ME em geral, sem considerar as diversas transformações ocorridas nas últimas décadas, o que prejudica a possibilidade apreender a singularidade histórica do objeto.

Assim, pode-se afirmar que o estado das pesquisas sobre lutas estudantis no Brasil até o ano de 2016 era de relativa estagnação. Até a comunidade científica ser surpreendida pelo levantamento dos estudantes secundaristas do estado de São Paulo ao final do ano de 2015.

No segundo semestre de 2015, o Governo estadual paulista anunciou uma medida de reorganização da rede de ensino que acarretaria, além de uma série de outros desdobramentos como demissões e remanejamentos que impactariam profundamente o cotidiano de professores, servidores, estudantes e seus familiares, o fechamento de 94 unidades escolares. Publicado sem qualquer diálogo anterior com a comunidade escolar, o projeto provocou ampla indignação e, rapidamente, começaram a ser organizadas manifestações em diversas cidades - na capital, no

interior e no litoral - que, durante todo o mês de outubro, tiveram ocorrência quase diária em frente a escolas e diretorias de ensino. Os autores de *Escolas de Luta*, obra matricial sobre a temática, contabilizam 163 protestos em cerca de 60 cidades (CAMPOS; MEDEIROS; RIBEIRO, 2016).

Diante da indiferença do Governo, que se recusava a abrir diálogo com o movimento mesmo após um mês de protestos, os estudantes decidiram radicalizar a luta e adotaram a ocupação de escolas como método para pressionar no sentido da retirada do projeto. A Escola Estadual Diadema foi a primeira a ser ocupada, no dia 9 de novembro, desencadeando um processo no qual cerca de 213 escolas estiveram sob controle estudantil em todo o estado por cerca de dois meses. Esse processo será objeto do presente estudo.

As particularidades históricas desta rebelião estudantil, protagonizada por diferentes sujeitos sociais em uma conjuntura significativamente distinta daquela dos anos de chumbo, desassossegaram a intelectualidade interessada. As categorias utilizadas para explicar a entrega de universitários de camadas médias à luta armada clandestina já não eram úteis para desvendar a atividade política daqueles estudantes secundaristas filhos e filhas do proletariado que ocupavam as ruas como aprenderam nas Jornadas de junho de 2013.

Desde o início de 2016, muitas análises foram produzidas a respeito do movimento de ocupações de escolas. A maior parte das pesquisas, oriundas principalmente de instituições públicas da região sudeste, dedica-se principalmente a lançar luz sobre as formas organizativas e expressões culturais do movimento secundarista, sujeito coletivo impulsionador das ocupações. Grosso modo, esses trabalhos são bastante descritivos e pouco analíticos, pois concentram-se em apresentar fatos e descrever a dinâmica interna da ocupação de uma escola em particular ou daquilo que se considera comum a todas.

Deste modo, o presente trabalho não se deterá em descrever os processos internos das ocupações de escolas, visto que já existe uma produção significativa dedicada a esse aspecto.

Do ponto de vista metodológico, nossa análise sobre o processo terá como fio condutor o pressuposto de que os conflitos políticos, de modo geral, possuem sempre um eixo vertical e um eixo horizontal que os constituem. Trata-se de ter em conta que, na dinâmica da sociedade de classes, “não há somente conflitos entre dominantes e dominados (formas de dominação vertical), mas relações de dominação horizontais (dentre os próprios dominantes e entre os próprios dominados) são essenciais aos processos reais de conflito” (FERREIRA, 2016, p.316).

No que se refere à dimensão vertical, observamos as disputas travadas entre os secundaristas e o Governo Estadual em torno do projeto de reorganização escolar. As ações e reações destes sujeitos coletivos antagonistas serão analisadas à luz das categorias de

insurgência e contrainsurgência, que auxiliam na compreensão da especificidade histórica dos eventos.

Em relação ao eixo horizontal, pretendemos investigar um âmbito pouco explorado pelos analistas do movimento, o dos embates e articulações entre as diferentes concepções e projetos de organização e luta estudantil que se expressaram na luta contra a reorganização escolar. Para tanto, tomamos de empréstimo os debates de Alain Bihl sobre os distintos modelos de movimento operário, pois acreditamos que tal perspectiva possa ser útil para ampliar a leitura não apenas acerca das ocupações de 2015, mas do movimento estudantil de maneira geral.

O texto está estruturado de forma a introduzir, na primeira seção, os principais acontecimentos e sujeitos coletivos que compuseram a luta contra a reorganização da rede estadual paulista. Em seguida, detalharemos as opções políticas do movimento secundarista e do Governo identificando-as como um conflito entre dominados insurgentes e repressão política/militar contrainsurgente. Na terceira seção, abordaremos as relações de antagonismo e colaboração entre os distintos modelos de movimento estudantil materializados, de um lado, pelas entidades representativas oficiais e, de outro, pelos grupos independentes e autonomistas. Por fim, apresentamos algumas considerações à guisa de conclusão e arremate das observações anteriormente apresentadas.

2) “Contra o fechamento, ocupação!”

A manchete *SP vai transferir mais de 1 milhão de alunos para dividir escolas por séries*, na edição da Folha de São Paulo¹ de 23 de setembro², foi o primeiro contato da população paulista com a proposta de reorganização da rede estadual de ensino. Nos próximos dias a grande mídia veiculou reportagens e entrevistas em que autoridades da Secretaria da Educação do Estado e apoiadores apresentam as justificativas para o projeto de remodelamento da rede baseado na divisão das instituições por ciclo de ensino. Os principais argumentos apontavam para o esvaziamento e ociosidade das estruturas atuais das escolas, que deveriam ser redistribuídas de forma a atender melhor as demandas de cada faixa etária, de acordo com estudos que apontavam que escolas de ciclo único apresentavam desempenho 9,4% acima da média no Índice de Desenvolvimento da Educação de São Paulo (Idesp).

¹ Disponível em: <http://m.folha.uol.com.br/educacao/2015/09/1685232-sp-vai-transferir-mais-de-1-milhao-de-alunos-para-dividir-escolas-por-series.shtml?mobile>

² Também no dia 23 de setembro, o secretário Herman Voorwald concede uma entrevista ao programa jornalístico *Bom Dia São Paulo*, na Rede Globo, sobre o projeto. Disponível em: <https://globoplay.globo.com/v/4486989/>

De acordo com o portal da SEE³, 754 escolas que atendiam a diferentes etapas de ensino passariam a funcionar no modelo de ciclo único, mas o previsto seria que, a partir de 2016, 43% das escolas do estado passassem a funcionar como escolas exclusivas. Segundo dados do site, “cerca de 340 mil alunos serão impactados pela reorganização das escolas” que seriam transferidos para outras escolas, em um raio de até 1,5 km das escolas em que estudavam anteriormente, a partir de indicação das Diretorias de Ensino regionais. Ademais, como efeito da redistribuição dos estudantes e concentração da demanda em algumas escolas, 94 unidades escolares seriam fechadas, e seus prédios seriam cedidos aos municípios ou direcionados para outras atividades educacionais, com destinação até então indefinida.⁴

Em um artigo de opinião⁵ publicado pela Folha de São Paulo, no dia 29 de setembro, o então secretário Herman Voorwald descreve a mudança proposta pelo Governo Estadual como “um movimento histórico em suas unidades de ensino com foco na construção de um novo modelo de escola e na melhoria do aprendizado”. Diante de questionamentos sobre a possibilidade de resistência à medida por parte dos docentes da rede estadual, Voorwald declarou não esperar uma forte pressão contrária da categoria. O que a Secretaria de Educação e o Governo Estadual não previam é que a forte pressão contrária viria de outro segmento afetado pelo projeto: os estudantes secundaristas que promoveram, eles sim, um movimento histórico nas unidades de ensino de São Paulo.

A indignação foi imediata. A implementação de uma reforma de tão grandes proporções sem qualquer diálogo anterior com a comunidade escolar despertou a inquietação de professores, estudantes e familiares, apreensivos sobre a possibilidade de mudanças profundas em seu cotidiano, em breve e sem qualquer planejamento.

Rapidamente, as redes sociais passam a ser inundadas por inúmeras *hashtags* expressando posicionamentos contrários à reorganização. Estudantes de diversas escolas passaram a abarrotar as caixas de entrada de e-mail, páginas e perfis oficiais da Secretaria e das Diretorias de Ensino com cobranças de esclarecimentos sobre o futuro de suas escolas. As respostas, quando existiram, foram evasivas e se resumiam a reafirmar a proposta de promover o chamado Dia E, em 14 de novembro, oportunidade em que estudantes e familiares poderiam esclarecer suas dúvidas sobre o processo. Os estudantes da E.E. Carlos Gomes foram os primeiros a

³ Uma breve apresentação da proposta foi divulgada no site da Secretaria Estadual de Educação: <http://www.educacao.sp.gov.br/reorganizacao/>. Acesso em:

⁴ Ver mais em: <http://g1.globo.com/sao-paulo/noticia/2015/10/reorganizacao-escolar-em-sp-tem-94-escolas-que-serao-disponibilizadas.html>. Acesso em

⁵ Disponível em: <http://m.folha.uol.com.br/opiniao/2015/09/1687733-o-novo-modelo-de-escola.shtml?mobile>. Acesso em:

promover uma paralisação das aulas já no dia 25 de setembro (CAMPOS; MEDEIROS; RIBEIRO, 2016).

A oposição estudantil destacava efeitos perniciosos do projeto, como a superlotação de salas em consequência do fechamento de ciclos e escolas, o aumento da distância entre escola e casa que impacta diretamente a rotina e orçamento familiares, o fechamento do período noturno e EJA que atendem principalmente estudantes trabalhadores, além das prováveis demissões e prejuízo nas condições de trabalho dos professores.

Desde a última semana do mês de setembro, os secundaristas organizaram, de maneira isolada ou articulada, um grande número de manifestações de rua descentralizadas, em diversas cidades e bairros. Grande parte dessas marchas concentrava-se em frente a unidades escolares e algumas vezes dirigiram-se às Diretorias Regionais de Ensino, com a finalidade de cobrar posicionamentos públicos dos dirigentes. Manifestações desse tipo ocorreram quase diariamente ao longo do mês de outubro, principalmente no interior do estado.

As manifestações, cada vez mais massificadas, causavam distúrbios nas cidades paulistas e atraíam a opinião pública para a pauta estudantil. A resposta das autoridades municipais se baseou no intento de tirar os estudantes das ruas mediante repressão policial. Os conflitos entre secundaristas e militares renderam episódios altamente violentos, amplamente noticiados pelas mídias independentes e, eventualmente, pela imprensa tradicional.

Depois de um mês de protestos nas ruas, poucos canais de diálogo haviam sido abertos e nada indicava qualquer disposição do Governo Estadual em retroceder com a reorganização. Aos poucos, os secundaristas deixavam de comparecer às manifestações. Diante do esgotamento iminente, era preciso mudar de tática.

[G.A.S. – 07 de nov] POR QUE OCUPAR UMA ESCOLA?

Desde o anúncio da reorganização escolar do estado de SP os estudantes, professores e todos da comunidade escolar vêm ocupando as ruas. Neste último mês, tivemos muitas vitórias: paralisamos várias escolas, avenidas e bairros inteiros em cada canto do estado de São Paulo, conseguimos organizar atos autônomos e horizontais e muitas assembleias. Nos unimos e deixamos bem claro que não desistiremos da nossa luta! A (des)organização está sendo feita de maneira autoritária, e tem como único objetivo o corte de gastos da educação e a precarização do ensino público.

Mas o Estado aprendeu a manobrar as manifestações e fingiu ouvir nossas reivindicações. Nos recebem nas diretorias de ensino e dizem que farão o possível para reduzir os danos, mas até agora só recebemos notícias de fechamento de escolas e transferência de alunos para colégios mais distantes, agora oficialmente.

O governador não dá sinal de recuo, então devemos pensar em novas estratégias de luta. Em lutas estudantis passadas, companheiros do Chile, Argentina e Mato Grosso do Sul já organizaram ocupações

dentro de escolas, que chegaram a durar meses. Eles conseguiram assim chamar a atenção da mídia e ter suas demandas atendidas. Essas vitórias são exemplos para a nossa luta: se eles conseguiram, por que não nós?
#SEFECHARVAMOSOCUPAR
#NENHUMAESCOLAAMENOS⁶

No auge das manifestações na capital, a ideia de ocupar escolas para conquistar demandas estudantis começa a ser difundida por coletivos independentes, em especial o coletivo O Mal Educado, através de panfletagens da versão traduzida do manual *Como ocupar um colégio?*⁷. A proposta começa a despertar o interesse de grupos e indivíduos que começam uma articulação em torno do grupo difusor do manual, que resulta em uma frente que assume o nome do coletivo – a Frente O Mal Educado, que reuniu diversos estudantes e coletivos para implementar em São Paulo as lições dos estudantes chilenos.

A Escola Estadual Diadema foi a primeira a ser ocupada, no dia 9 de novembro. No dia seguinte, os estudantes tomam a E.E. Fernão Dias Paes. A partir de então, se desencadeia um processo no qual cerca de 213 escolas estiveram sob controle estudantil em todo o estado por mais de 60 dias.

Entre os meses de novembro e dezembro, o movimento de ocupações cresceu e se fortaleceu, combinando atividades formativas nas escolas e bairros com táticas ofensivas de enfrentamento – piquetes, boicotes, trancamento de vias -, conquistando amplo apoio popular para sua causa e provocando grande desgaste ao governo de Geraldo Alckmin (PSDB).

Neste processo, as tentativas de desmobilizar, dividir e coibir a ousadia secundarista foram inúmeras. As diversas ofensivas dos governos estadual e municipais e as tentativas de ingerência de diversas entidades e forças políticas impuseram a necessidade de criar mecanismos de comunicação e organização entre as escolas, visando uma articulação mais democrática e a preservação da autonomia das ocupações, o que se deu através da instituição de reuniões unificadas e rotativas entre as escolas, assembleias regionais e a criação do Comando das Escolas Ocupadas como instância deliberativa soberana do movimento.

O Comando das Escolas Ocupadas é uma tentativa de unificar as ocupações de escolas em torno da luta contra a reorganização escolar. O Comando é composto por representantes secundaristas de várias das escolas ocupadas e se

⁶ Texto reproduzido de publicação feita pelo coletivo Grupo Autônomo Secundarista (G.A.S.), criado em 2015 e componente da Frente O Mal Educado, em sua página no Facebook.

⁷ Documento produzido pela *Frente de Estudiantes Libertários (FEL) – Argentina* (2012), inspirado nas ocupações secundaristas de 2006 e 2011 no Chile (conhecidas como rebeliões pinguins). Traduzido para português em 2013. Disponível em: <https://gremiolivre.wordpress.com/2015/10/21/como-ocupar-um-colegio-versao-online/>

propõe a ser um espaço de articulação independente, horizontal e apertado, aberto a todas as ocupações que estão na luta.

O Comando das Escolas em Luta foi criado para garantir a articulação da luta de todas as escolas, e para impedir que qualquer negociação com o Estado fosse feita através das entidades burocráticas que se alinham com os poderosos sem passar pelos estudantes. Entendemos que quando essas entidades passam por cima da nossa vontade e não constroem a linha política tirada pelo Comando de não desocupar isso significa um desrespeito ao movimento secundarista. Isso porque essas entidades burocráticas possuem aparelhos que garantem força para permanecer nas ocupações, mas decidem desocupar por uma escolha política, que com certeza não é a de permanecer ao lado dos estudantes⁸

Tal estrutura aspirava a união das escolas ocupadas a nível estadual que, com a preservação de sua autonomia e liberdade de ação, conjugariam esforços e somariam experiências, objetivando o fortalecimento das suas atividades localmente e do movimento como um todo. Para tanto, cada escola deveria eleger em assembleia dois delegados para participar dos debates e votar as deliberações na reunião geral do Comando a partir do que fosse discutido previamente em suas ocupações. Os registros publicizados permitem inferir que essas pretensões não se realizaram por completo, visto que a participação presencial nas reuniões ficou restrita aos militantes da capital e da região metropolitana, com precária – e possivelmente nula – representação das escolas mais distantes do interior.

Ainda assim, por sua proposta organizativa radicalmente democrática e a intensa atividade de difusão de informações e aprendizados produzidos nas ocupações, o Comando das Escolas Ocupadas atuou como uma espécie de Estado-maior do movimento. A partir de suas reuniões foram organizadas importantes ações unificadas, como o boicote ao SARESP, nos dias 23 e 24 de novembro.

Após meses de intensas batalhas, no dia 04 de dezembro, o Governador Geraldo Alckmin anuncia a suspensão do projeto de reorganização da rede estadual.

Nas próximas seções, nos dedicaremos a uma exposição mais detalhada de alguns episódios e posicionamentos que caracterizam as dimensões vertical e horizontal deste importantíssimo conflito que se impôs como um novo marco na história do movimento estudantil brasileiro.

3) “Você fecha a minha escola e eu tiro o seu sossego”

⁸ Trecho extraído da “Nota de denúncia às recentes ações da APEOESP e UBES, UMES e UPES”. Disponível em: <https://www.facebook.com/comando.escolas/posts/785015878287263>. Acesso em: 29/08/2017.

Exporemos aqui, brevemente, alguns dos aspectos centrais da insurgência, enquanto tipo de processo político, a fim de verificar em que medida estes se fazem presente no caso da luta em torno do projeto de reorganização da rede estadual paulista.

Insurgir-se significa inconformar-se e reagir ao estado ordinário das coisas, contrapondo-se às autoridades políticas estabelecidas por meio de uma estratégia de mobilização social e do uso moderado ou substantivo da força. A insurgência é protagonizada por um conjunto de sujeitos que se opõem ao controle dos governos e (re)tomam espaços públicos, seja por meio de “protestos de rua e movimentos fora de lugar ou fora dos espaços institucionalizados pelo governo e ordenados pela racionalidade dos mercados” (TELLES, 2015, p.21), seja pela via da resistência armada. A expressão espacial do conflito político é central nesta modalidade de luta, em que os espaços públicos/institucionais são (re)apropriados e tem sua lógica de funcionamento corriqueiro subvertida, de tal modo que estes locais são convertidos em arena de disputa simbólica contra o despotismo do poder estatal.

Optamos aqui por uma definição ampliada que não restringe a atividade insurgente à resistência armada, mas abarca também processos políticos disruptivos em que a violência é acionada a níveis de baixa intensidade, como as manifestações de violência civil não-letal contra agentes e símbolos da ordem contestada.

Em geral, esses processos de resistência são promovidos por grupos excluídos das dinâmicas econômicas fundamentais da modernidade capitalista, o que os motiva a manifestar-se provocando diversos tipos de distúrbios que perturbem gravemente a ordem social e prejudiquem a economia e a governabilidade em determinada região. As atividades insurgentes contemporâneas não apenas cumprem o papel de combater a autoridade política constituída, mas também o de denunciar aspectos estruturais da organização social capitalista que devem ser transformados.

Acreditamos que a caracterização da insurgência, como uma das principais configurações assumidas pelas revoltas populares no atual contexto global, pode ser especialmente útil para compreender e descrever a luta secundarista. Nesse sentido, observaremos centralmente quatro aspectos desse tipo de processo político, a saber: 1) acionamento de formas de resistência violentas (de baixa letalidade) a fim anular relações de propriedade/apropriação econômica, 2) articulação de uma múltiplos sujeitos políticos em movimentos que compreendem antagonismo e cooperação, 3) neutralização do controle estatal e instituição de novas relações políticas, ainda que temporariamente 4) progressão ou retrocesso se dão conforme as opções estratégicas dos sujeitos que o impulsionam (FERREIRA, 2016).

Com relação ao primeiro ponto, podemos identificar como formas de resistência violentas desde a resistência a ordens de dispersão de manifestações de rua e a detenções, contraofensiva às tentativas de dispersão forçadas, depredação de patrimônio, agressão e diversas outras manifestações concretas e/ou simbólicas de repúdio às autoridades políticas e militares, até a retomada de espaços através do uso da força no contexto de uma ocupação que contesta o direito de propriedade/apropriação de um serviço ou espaço, como a escola pública.

O segundo aspecto também pode ser identificado no movimento de ocupações, em que forças políticas antagonistas – grupos secundaristas partidários e legalistas que sustentam as entidades oficiais de representação estudantil, como UMES e UBES, e grupos independentes partidários da ação direta – se unificaram em torno de uma pauta comum a despeito de suas divergências políticas ideológicas. Estas diferenças de concepção, longe de serem escamoteadas, eram profundamente propagandeadas e disputadas nos espaços deliberativos da categoria.

A experiência de ocupar e gerir o espaço e as atividades da escola a partir da instituição de organismos políticos baseados na democracia direta e na ampla participação estudantil e comunitária é bastante representativa sobre o terceiro elemento apontado. Durante o período em que se instituiu o controle estudantil sobre as escolas, a lógica de administração estatal, fortemente baseada na gestão privada, hierárquica e autoritária, foi substituída pelo poder das assembleias estudantis, baseado na gestão coletiva, autônoma e democrática. Neste efêmero contexto, estudantes oriundos da classe trabalhadora experimentaram pela primeira vez o poder de redesenhar o espaço e replanejar o conteúdo escolar através de seu esforço coletivo, se tornando efetivamente agentes em um espaço social em que são cotidianamente forçados à passividade.

Sobre o quarto aspecto, o movimento de ocupações teve seus avanços e recuos determinados pelas opções táticas feitas pelos secundaristas. Ao optar por combinar as manifestações de rua com a ocupação das escolas, a repercussão do movimento disparou e a pressão sobre o Governo aumentou drasticamente, impondo a suspensão do projeto e a troca da chefia da SEE. Por outro lado, a decisão de desocupar as escolas após o anúncio da suspensão e a canalização da força política para uma nova pauta em janeiro de 2016, o aumento da tarifa do transporte na cidade de São Paulo, permitiram que o Governo implementasse o rearranjo da rede de forma fragmentada, com o fechamento de diversas turmas no início do ano letivo⁹,

⁹ Trata-se da chamada reorganização silenciosa, implementada no início de 2016. Ver mais em: <https://epoca.globo.com/ideias/noticia/2016/06/estudo-afirma-que-governo-faz-reorganizacao-escolar-silenciosa-em-sao-paulo.html>

praticamente sem oposição. As opções do Estado também foram determinantes, provocando o esmorecimento progressivo da resistência.

Portanto, as ocupações estudantis foram, a partir da perspectiva aqui empregada, experiências insurgentes. Os estudantes se insurgiram contra o projeto governamental e utilizaram a ocupação, enquanto prática da ação direta, como principal estratégia de resistência. Cabe destacar que as ocupações secundaristas não tinham como objetivo apenas colapsar o funcionamento institucional - como é usual nas ocupações de reitorias de universidades públicas -, mas experimentaram um projeto de auto-organização das escolas, expressão de que sua atividade política continha um conteúdo tanto negativo/destrutivo quanto positivo/criativo.

A contrainsurgência consiste na missão pacificadora das forças militares, encarregadas de eliminar a ameaça das forças irregulares, isolando-as de seus apoios locais, desmontando sua infraestrutura e neutralizando seu poder de combate. De acordo com Telles (2016):

Para ir direto ao ponto: tudo indica que, nos últimos anos e mais intensamente a partir dos anos 2000, passou-se do que a literatura sobre movimentos sociais define como gestão negociada dos conflitos para outro padrão de controle e repressão, em grande medida regido por uma concepção de ordem pública cada vez mais tomada – colonizada, dizem alguns – pela chamada “guerra ao terrorismo”, a qual se desdobra, como um de seus avatares, na “guerra contra a insurgência urbana” (TELLES, 2016, s.p.)

As influências desta abordagem do conflito civil podem ser facilmente identificadas nas respostas estatais à insurgência secundarista. Destacam-se as orientações passadas pelo chefe de gabinete da Secretaria de Educação, Fernando Padula Novaes, em reunião realizada em 29 de novembro com dirigentes da rede de estadual. Foi divulgada uma gravação do áudio¹⁰ deste encontro, no qual foram passadas diversas instruções para quebrar a resistência de alunos, professores e trabalhadores em luta contra a reorganização, descritas por Padula como “ações de guerra” contra as ocupações.

Na gravação, o secretário enfatiza a necessidade de “desqualificar o movimento” caracterizando-o como “político e partidário”. Nos trechos gravados da fala de Padula, fica clara a centralidade da contrainformação¹¹ na estratégia do Governo: “Na guerra de guerrilhas a gente tem que pegar os instrumentos para também guerrear. Qual é o nosso melhor instrumento? A informação”. Nos dias subsequentes à reunião, a grande mídia - principalmente

¹⁰ Mais detalhes sobre conteúdo e trechos do áudio gravado e divulgado pela rede de coletivos de midiativismo Jornalistas Livres disponível em:

<http://www.redebrasilatual.com.br/educacao/2015/11/secretaria-de-educacao-de-sp-prepara-guerra-contra-as-escolas-em-luta-970.html>. Acesso em:

emissoras filiadas à Rede Globo - veiculou reportagens sobre supostos casos de depredação patrimonial nas escolas ocupadas, as administrações escolares intensificaram os contatos com familiares de ocupantes para alarmá-los com relação ao suposto uso de entorpecentes, vandalismo e outras barbáries que estariam sendo promovidas pelos jovens nas ocupações, além de ameaças de reprovação automática dos ocupantes.

4) Entre a zona de conforto e a zona de confronto: polarização interna e modelos de Movimento Estudantil

Nesta seção nos dedicaremos a explorar a dimensão horizontal dos conflitos políticos. Trata-se de um esforço em escapar ao equívoco de supor que as distintas tendências e organizações que confluíram no movimento de ocupações convergiam em suas concepções sobre as lutas estudantis. Os estudantes secundaristas, tal como qualquer outro grupo social, não são uma coletividade homogênea. Isto implica negar a existência de expressões unitárias de consciência e atividade entre eles e obriga a investigar a diversidade de valores, opções e, inclusive, antagonismos de interesse presentes em sua prática política comum.

Os registros produzidos pelos secundaristas durante a luta contra a reorganização, principalmente em suas páginas de *Facebook*, evidenciam a existência de uma forte polarização entre duas frações do movimento. Buscaremos aqui caracterizar essas posições e discutir a importância desta conflitualidade para a ação coletiva secundarista.

Nossa tese é a de que o movimento de ocupações teve seus desdobramentos fortemente definidos pelas relações conflituosas entre as entidades de representação – UBES, UMES, UPES -, que corporificam a tendência social-democrata no âmbito da organização estudantil e os grupos independentes/autonomistas – como a Frente O Mal Educado -, que questionam a hegemonia social-democrata no movimento.

Para caracterizar essas duas frações, acionamos a definição de modelo de movimento apresentada por Alain Bihr, que descreve uma configuração específica assumida por um movimento em dado contexto histórico e social, que se caracteriza por determinadas formas organizacionais, institucionais e ideológicas. Tais formas correspondem sempre a alguma estratégia e projeto de emancipação (BIHR, 2010).

Em suas teses sobre movimento operário, o sociólogo aponta que o modelo atualmente hegemônico reflete a predominância da política e ideologia social-democrata nas organizações do operariado. Acreditamos que o mesmo se possa afirmar sobre o movimento estudantil.

De acordo com Bihr, o projeto de emancipação adotado e defendido pela social-democracia fundamenta-se em um tipo de *fetichismo de Estado*, que se expressa, antes de tudo, na perspectiva de que o proletariado pode “emancipar-se do capitalismo de Estado, emancipando o Estado do capitalismo” (BIHR, 2010, p.20). Grosso modo, tal formulação indica que a libertação do trabalho se daria pela conquista e exercício do poder de Estado, o poder institucional burguês. Com relação a concepção organizacional a ideia de separação entre consciência sindical (imediate) e consciência política (histórica) resulta, na prática, em hierarquização entre a atividade do partido e das organizações sindicais. O que se estabelece é uma relação de tutela do partido sobre a classe, “cuja ação, considerada insuficiente, necessariamente deve ser substituída, completada e coroada por aquela do partido político. Pois este último é exatamente o único cujos dirigentes podem conquistar o poder de Estado e ocupar os vértices de seu aparelho” (BIHR, 2010, p.23).

Resumida a caracterização dos principais traços estratégicos e organizacionais do modelo social-democrata, cabe verificar os efeitos da hegemonia desta perspectiva para as organizações de trabalhadores.

Na condição de representantes oficiais da classe (condição sancionada pelo Estado), partidos e sindicatos se convertem em intermediários de uma série de compromissos pactuados com a classe dominante, em que o trabalho renuncia à dimensão destrutiva da atividade revolucionária em troca da garantia da seguridade social, assumindo positivamente a participação na estrutura social dada. “De fato, esse compromisso permite à burguesia neutralizar em boa parte o conflito proletário, ao fazer da satisfação das necessidades fundamentais do proletariado não só fonte de sua legitimidade, como também o próprio motor do regime de acumulação do capital” (BIHR, 2010, p.38).

Alguns trabalhos recentes, como os de Paula (2009) e Paiva (2011), abordam o processo de apassivamento das entidades ligadas à UNE - a nível nacional, regional e municipal -, desde os anos 80 mas principalmente após 2003, quando se torna base política do governo de turno. Segundo os autores, a atuação dessas entidades, dirigidas por partidos como PCdoB e PT, passa a privilegiar a participação e acordos parlamentares (profissionalização da militância estudantil) para conquista de demandas e a assumir a defesa dos projetos dos governos que passaram a integrar.

O documentário *Lute como uma menina* mostra cenas de um ato, no dia 09 de outubro, na Avenida Paulista. Com a chegada de um carro de som adornado com bandeiras das entidades representativas, um grande grupo de estudantes na rua começa um jogral: “Nós estamos aqui de forma autônoma. Sem representação. Nosso diálogo é na rua e não com partidos”. A seguir,

começam a bradar a palavra de ordem “Sem liderança”. O carro de som se retira e não volta nos próximos atos. Esse episódio, e tantos outros registrados em postagens e vídeos, ilustram a confrontação aberta e constante entre as diferentes concepções de protesto entre os secundaristas. Esse dissenso resultará na ocorrência de marchas centralizadas, nas grandes vias do centro da capital, organizadas pelas entidades e também de atos descentralizados, principalmente na zona sul – estes últimos convocados pelos grupos independentes reunidos na Frente O Mal Educado, interessados em expandir a pauta por mais pontos da cidade.

No mesmo dia 09, uma postagem na página de *Facebook* do Grupo Autônomo Secundarista (GAS), aderente da Frente, aponta a linha de radicalização do movimento impulsionada por esse setor – a ocupação de escolas.

[G.A.S – 09 de outubro] COMO LUTAR?

Quais as medidas para ampliar a luta e mostrar a nossa força? A juventude do Chile já ensinou um caminho:

1. Não sair das ruas: chamar novos e novos atos juntando todas as escolas;
2. Articular todas as escolas num “comando estadual” de luta, com representantes eleitos democraticamente em cada escola. Esse comando decidirá democraticamente as ações conjuntas de toda a juventude do estado;
3. Se preciso (caso realmente tentem fechar as escolas): ocupar. Entrar e não sair das escolas até o governo recuar.

Ao ganhar adesão das bases, em novembro, a proposta representa uma importante virada tática que força o Governo Estadual a finalmente dialogar e negociar a reorganização. Com a impressionante expansão do número de escolas ocupadas em novembro, o Governo se vê forçado a ceder e passa a convocar a UMES, única liderança estudantil legítima perante o Estado, para audiências de conciliação. Excluída das reuniões e acordos entre cúpulas, a base secundarista, reunida em seu “comando estadual” de delegados eleitos por escola, repudia a via da conciliação intra-gabinete.

[Comando das Escolas Ocupadas - 25 de novembro]

Na Assembleia realizada hoje, 25/11, no Américo Brasiliense, com a presença de estudantes das escolas Ocupadas, colocamos em debate e questionamento o acordo firmado entre Umes e governo para transformar as ocupações em "ocupações parciais" (que permitiriam a entrada da direção das escolas e aulas normais).

Esse acordo que envolve todas as escolas Ocupadas não foi discutido com os estudantes.

Diante do exposto e após termos conhecimento do conteúdo do acordo, reafirmamos que: a UMES não representa juridicamente e não representa politicamente os estudantes das escolas ocupadas, sendo apenas uma das entidades que está no apoio.

Decidimos que:

- 1) Não participaremos da Reunião de conciliação, em 27/11, determinada na última audiência, entre UMES e governo.
- 2) Vamos ampliar e fortalecer as ocupações contra a reorganização que fecha escolas e períodos.
- 3) Convocaremos nova assembleia para reunirmos estudantes de todas as escolas Ocupadas

Esse projeto antagônico à atuação das entidades oficiais aproxima-se do outro modelo de movimento descrito por Bihr (2010), o sindicalismo revolucionário, alternativa histórica à construção social-democrata. Com relação a seus propósitos estratégicos, recusa-se qualquer vinculação ou concessão ao Estado para garantir demandas proletárias, pois essas só poderiam ser conquistadas apesar e contra a estrutura política burguesa. Contra o princípio estatista da social-democracia, adota-se o princípio da ação direta que preconiza que os oprimidos podem contar apenas com suas próprias forças e meios para efetivar sua política, impondo-se como força social, sem esperar a redenção pela ação de mediadores externos. No plano organizacional, são privilegiadas as estruturas federativas pautadas pela democracia direta dos produtores livremente associados.

A diferença radical entre sindicalismo revolucionário e sindicalismo social-democrata dava-se, de fato, neste ponto essencial: a autonomia estratégica, organizacional e cultural dos sindicatos reconhecida pelo primeiro e negada pelo segundo que, em última análise, reduzia os sindicatos à função de “correia de transmissão” do partido (BIHR, 2010, p.29)

6) Considerações finais

Com o exposto anteriormente, esperamos contribuir para a compreensão das ocupações enquanto fenômeno sociológico que, como parte da resistência e luta contra a exploração e a opressão impostas pelos governos burgueses aos estudantes trabalhadores e filhos de trabalhadores, é repleto de contradições políticas. Tais contradições são, em grande medida, fruto de concepções político-ideológicas divergentes, tanto entre dominantes e dominados quanto entre os próprios dominados. Exploramos aqui uma perspectiva específica do conflito político, baseada na antinomia negociação x enfrentamento, a partir da qual pudemos identificar no processo de luta contra a reorganização escolar três distintas posições que sugerem a constituição de três distintos sujeitos políticos coletivos - o Estado, as entidades estudantis oficiais e os coletivos independentes.

Fundamental destacar também como as ocupações secundaristas são um caso exemplar de como a insurgência, enquanto reação coletiva imediata e destrutiva à opressão capitalista, não é limitada por sua própria natureza, pois não podem apenas romper com a ordem vigente (negação da ordem burguesa) como podem também aprofundar os laços de solidariedade entre os grupos dominados e desenvolver projetos de auto-organização que apontam para arranjos políticos antagônicos aos existentes (afirmação de novas ordens sociais).

Referências

BIHR, A. *Da Grande Noite à Alternativa*. São Paulo: Boitempo, 2010.

CAMPOS, A. M.; MEDEIROS, J.; RIBEIRO, M. M. *Escolas de Luta*. São Paulo: Veneta, 2016.

DE PAULA, G.C.C. *A atuação da união nacional dos estudantes – UNE: do inconformismo à submissão ao Estado (1960-2009)*. 2009. 387 f. Tese de Doutorado – Universidade Federal de Goiás, Goiânia, 2009.

FERREIRA, A.C. Luta de classes e insurgências no Brasil: o mito da classe média, a aristocracia operária e o proletariado marginal no capitalismo flexível. In: *Pensamento e práticas insurgentes: Anarquismo e autonomias nos levantes e resistências do capitalismo no século XXI*. Niterói: Alternativa, 2016.

PAIVA, G.A.G. *A UNE e os partidos políticos no governo Lula (2003-2010)*. 2011. 176 f. Dissertação de Mestrado – Universidade Estadual do Oeste do Paraná, Cascavel, 2011.

SIMÃO, C.R.P. *O movimento estudantil na produção acadêmica no campo da educação: Uma lacuna a ser preenchida?* 2015. 166 f. Dissertação de Mestrado - Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2015.

TELLES, V.S. Cidade: Produção de espaços, formas de controle e conflitos. *Revista de Ciências Sociais*, Fortaleza, v. 46, n. 1, jan/jun, 2015, p. 15-41

_____. A violência de Estado em guerra contra a população civil. *Le Monde Diplomatique Brasil*. 2016. Disponível em: <https://diplomatie.org.br/a-violencia-de-estado-em-guerra-contr-a-populacao-civil/>. Acesso em 10 abr. 2018.